

ESPAÇOS URBANOS E EXERCÍCIO LIVRE DA CIDADANIA EM PORTO ALEGRE

URBAN SPACES AND EXERCISE OF CITIZENSHIP IN THE CITY OF PORTO ALEGRE

José Antônio Gerzson Linck¹**Resumo**

Este trabalho de pesquisa compõe discursos críticos ao modelo segregacionista das metrópoles contemporâneas, a partir da descrição de expressões culturais produzidas em camadas sociais distintas. Descreve espaços de exercício livre da cidadania em Porto Alegre, discutindo seus objetivos, conflitos e tensões com o modelo urbano dos enclaves fortificados. Em Porto Alegre, a delimitação é espacial: locais de ajuntamento coletivo de camadas médias, com potência crítica em relação à cidade de muros. O principal objetivo teórico foi analisar movimentos culturais posicionados criticamente em relação aos controles da vida cotidiana. São descritos espaços de exercício livre da cidadania em Porto Alegre, nos quais as regras de controle usuais são subvertidas ou neutralizadas, apontando para aberturas no modelo de contenção da diferença exposto por correntes sociocriminológicas críticas. Os resultados aparecem envoltos em conflitos e negociações sociais que não admitem sentenças definitivas, mas apontam para tentativas de construção de outras formas de socialidade urbana, distintas dos modelos de segregação espacial.

Palavras-chave: Criminologia. Espaços Urbanos. Movimentos Culturais. Zonas Livres. Cidadania.

Abstract

This essay presents discourses that criticize the segregation on metropolitan areas taking cultural expressions produced by diverse social characters as a starting point. The article describes places in the city of Porto Alegre that can be considered free zones where citizenship rights can be freely experienced comparing them to the urban pattern based on the construction of fortified enclaves. The study combines different methodologies. The main goal of the essay is to analyze cultural movements and practices that criticize forms of control of ordinary life in the city. Free zones where citizenship rights can be freely experienced in Porto Alegre are described. In these spaces, rules of social control are subverted or neutralized, indicating a new pattern of urban control, different from the model of exposed by some critical criminological discourses. The results demonstrates conflict and social mediation, not definitive answers. They indicate the production of new forms of urban sociability different from the pattern of urban segregation.

Keywords: Criminology. Urban spaces. Cultural Movements. Free Zones. Citizenship

¹ Pós-Doutorando em Ciências Criminais (PUCRS). Professor do Curso de Direito da Faculdade CNEC/Gravataí. E-mail: joselinck@professor.facensa.edu.br

INTRODUÇÃO

O artigo compõe discursos críticos ao modelo segregacionista das metrópoles contemporâneas, a partir da descrição de expressões culturais produzidas em camadas sociais distintas. Descreve espaços de exercício livre da cidadania em Porto Alegre, discutindo seus objetivos, conflitos e tensões com o modelo urbano dos enclaves fortificados. O processo de fragmentação urbana e separação da diferença não é orquestrado, projetado de forma totalitária por poderes concretos e determinados. Compreende uma série complexa de imagens, arquiteturas, decisões públicas, decisões privadas, discursos latentes, subjetivações, resistências, transgressões, reconstruções... O objetivo não é determiná-lo ou expressá-lo em indicadores. Não por ser um projeto impertinente; a demonstração fática do exercício de poder é sempre um projeto pertinente.

Incorpo a *cidade de muros* como um pressuposto do trabalho, ou seja, a manutenção de uma lógica de separação da diferença nas metrópoles urbanas como uma regularidade. Pressuposto incorporado no problema de pesquisa: tendo a segregação como modelo, seria possível visualizar resistências e contrarracionalidades desviantes a este processo na esfera não-institucional, profana?

Em Porto Alegre, a delimitação foi espacial: locais de ajuntamento coletivo de camadas médias, com potência crítica em relação à cidade de muros. O transbordamento da violência é sempre mais intenso conforme a vulnerabilidade: quando nas camadas médias começa a subir a fumaça das bombas de gás é porque a piscina de sangue nas favelas e nos campos de concentração para pobres já transbordou há muito tempo (FLAUZINA, 2008). Neste sentido, as consequências do controle e da seletividade no espaço delimitado ainda variam conforme características particulares dos sujeitos.

O principal objetivo teórico foi analisar movimentos culturais posicionados criticamente aos controles da vida cotidiana. O principal objetivo metodológico foi aproveitar a insegurança epistemológica da criminologia para desenvolver uma metodologia polifônica, admitindo recortes díspares de observação. São descritos espaços de exercício livre da cidadania em Porto Alegre, onde as regras de controle usuais são subvertidas ou neutralizadas, apontando para aberturas no modelo de contenção da diferença exposto por correntes sociocriminológicas críticas.

SOBRE OS ESPAÇOS

O artigo versa sobre relações entre segregação espacial e tribos urbanas de camadas médias, em Porto Alegre. A delimitação prévia incluiu dois espaços: O primeiro seria um quadrilátero simbólico formado pela Avenida Loureiro da Silva, Rua João Alfredo, Avenida Venâncio Aires e Avenida João Pessoa e tinha como sustentação a descrição espacial produzida em uma das campanhas morais do Jornal Zero Hora sobre espaços urbanos degradados. Além disto, a escolha do espaço estava alicerçada em um território historicamente formado por escravizados e descendentes, tradição boêmia, grande concentração de casas noturnas e repressão policial rotineira.

Havia delimitado, também, o quadrilátero simbólico formado pelas ruas Osvaldo Aranha, Fernandes Vieira, Avenida Independência e Rua Barros Cassal. O recorte empírico foi escolhido com o objetivo de interagir em um espaço ocupado por grupos um pouco mais jovens e que, tradicionalmente, abrigava variadas tribos contraculturais em Porto Alegre (SILVA, 1991). O espaço suporta moradores com maior poder aquisitivo e já não ostenta espaços caracterizados transgressores como nas décadas passadas, mas alguns apenas se deslocaram, o que será problematizado ao longo do texto.

Os dois locais foram frequentes alvos de campanhas morais do Jornal Zero Hora e da RBS². Após a série de reportagens, Brigada Militar e SMIC (Secretaria Municipal de Indústria e Comércio) aderiram aos clamores pelo *silêncio*, *limpeza* e *ordem*, fazendo-se presente nos locais através de operações diversas (Balada Segura³, Operação Sossego⁴, Cidade Limpa⁵). Ainda que muitas vezes tenha efetuado apenas o *controle-espantelho*, a presença (mesmo silenciosa) do policiamento ostensivo gerou efeitos concretos, conectados ao discurso da campanha moral da RBS. No dia 19 de novembro de 2011, em reportagem especial nas primeiras páginas, a empresa de comunicação delimitou o *local-problema* da seguinte forma: um quadrilátero formado pela Avenida Loureiro da Silva, Rua João Alfredo, Avenida Venâncio Aires e Avenida João Pessoa.

No dia 10 de novembro de 2011, a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, a Brigada Militar e a RBS (maior empresa de comunicação no Estado do Rio Grande do Sul e no Estado de

² O jornal Zero Hora pertence à RBS, maior empresa de comunicação no Estado do Rio Grande do Sul e no Estado de Santa Catarina.

³ Operação de trânsito com ênfase em blitz e utilização de bafômetros.

⁴ Objetivou a fiscalização do respeito aos limites sonoros dos bares e casas noturnas, de acordo com os horários regulamentados para cada atividade.

⁵ O foco da campanha foi a degradação dos espaços de trânsito ao redor dos bares e locais de permanência, com ênfase nos objetos descartados na via pública.

Santa Catarina) percorreram, na chamada *Operação Sossego*, o bairro Cidade Baixa, interditando casas noturnas e bares da região. Não tive o objetivo de discutir a legalidade de tal operação, mas problematizar “as batalhas culturais e subjetivas contra a legitimação do direito através das campanhas de lei e ordem (BATISTA, 2011, p.29) ”.

No espaço delimitado neste artigo, o *policimento espantinho* (SOZO, 2012) é o mais frequente: as viaturas, em regra, ficam passeando pelo bairro e realizando pequenas abordagens que obedecem à lógica comum da seletividade. É um policiamento simples, nada modernizado, e repetitivo. A articulação ocorre apenas com a Guarda Municipal, a SMIC e o jornal Zero Hora.

Ainda que tal projeto de segurança — com discursos que misturam tecnologias situacionais simples e tecnologias de persuasão midiática — ofereça pouca chance de sucesso para a função que manifesta, pode ter uma função latente cujas consequências sejam importantes, dentre elas a seleção do público considerado apto a utilizar os espaços. Formulando com mais força, a experiência histórica sobre a maximização da segurança aponta direto para a ausência de liberdade: *a liberdade morre com a segurança* (ALBRECHT, 2010, p.596).

Existe inscrição estética em alguns espaços do bairro Cidade Baixa que não condiz com a normalização do asséptico dos territórios preferidos pelo empresariado moral. As características dos locais fiscalizados com menos histeria burocrática (sem grandes operações envolvendo luzes, sirenes, aparatos estatais diversos, secretarias municipais e estaduais, abordagens rotineiras, etc.) ficaram nítidas durante o trabalho: aparente higiene, imobilidade interior-exterior, separação de classe, presença maciça de serviçais, em suma — impermeabilização, homogeneidade social e segregação. Espécie de retomada seletiva da lógica binária da modernidade.

A característica aberta dos bares da Avenida José do Patrocínio provoca a criação de um campo identificatório bastante amplo, favorecido ainda pela intensa circulação decorrente da livre entrada nos estabelecimentos. Ali, a tendência de fechamento corporativista dos grupos juvenis, apontada por alguns estudos culturais e críticos contemporâneos⁶, não se confirma. Revelador, portanto, que a artilharia dos empreendedores morais esteja apontada para a região onde o *encontro* tem *espaço*, literalmente.

Evidente que as profundas diferenças entre as liberdades de cidadania e locomoção tornam questionável a ideia de que um espaço seja universalmente aberto; por óbvio tal local idílico não existe, portanto, a afirmação está sustentada em *escalas* de liberdade e repressão. Logo no início da empreitada higienista na José do Patrocínio, uma série de abordagens foram realizadas

⁶ Faço referência aos trabalhos orientados pelas reflexões de Zygmunt Bauman.

pela EPTC⁷, Brigada Militar⁸ e SMIC⁹. O critério de seletividade das abordagens foi inverso ao *ethos* (VELHO, 1997, p.60) prevalente no local, agindo no sentido da discricionariedade econômica. No caso da SMIC, primeiro, a fiscalização das barracas de cachorro-quente, vendedores ambulantes e a interdição dos botecos. Já a EPTC contribuiu com a autuação dos motoqueiros, cujo ponto de encontro era em frente ao Cachorro do Élio e no Mr. Dam (bares/botecos interditados pela SMIC, sendo que o segundo não resistiu e fechou definitivamente suas portas).

A Brigada Militar, por sua vez, iniciou série de abordagens ao público que transitava costumeiramente por ali. Como não haveria possibilidade de abordar todos os pedestres, seguiu o *second code* tradicional: jovens, negros, pobres. O mesmo público que é exterminado cotidianamente na maior parte das capitais brasileiras.

Em resposta, o movimento OCUPA POA acampou no largo Glênio Peres, expondo um mosaico de contestações. Críticas pontuais ao modelo político, reflexões anarquistas, bandeiras hedonistas, *encontros*. Não é possível descrever o movimento com exatidão, pois reúne características como multiplicidade e abertura, o que torna o público bastante heterogêneo. Possível, porém, oferecer sua autodescrição (citações sem referência, destacadas, foram colhidas em conversas ou inscrições gráficas durante o período de observação): *Movimento político-cultural, estritamente apartidário, sem hierarquia, sem representantes, de desobediência civil, não-violento, autogestionado, anticorporativista, visando a ocupação das ruas e praças de Porto Alegre*. Curiosamente, o movimento coincidiu com a ofensiva mais rígida do gerencialismo penal-administrativo da prefeitura e do Governo do Estado contra as manifestações artísticas, populares e contra o uso festivo do espaço da rua.

Impossível não associar tais empreendimentos com a especulação imobiliária e comercial que já há algum tempo transforma a estética popular distintiva do bairro, criando modelo que folcloriza os botecos e as características singulares da maior parte dos recintos, transformando o que era diferença popular em zoológico comercial. *Macumba para turista ver*, na expressão de Gilberto Velho.

Como forma de resistência é criado o movimento Defesa Pública da Alegria, autodescrito de forma bastante significativa: *Defender a alegria como um princípio*. Estava sendo cada vez mais difícil diferenciar rigidamente *feira* de manifestação política. Em descrição presente nos cartazes

⁷ Empresa Pública de Transporte e Circulação, responsável pela fiscalização e controle do trânsito em Porto Alegre.

⁸ Denominação da Polícia Militar (Estadual) no Rio Grande do Sul.

⁹ Secretaria Municipal de Indústria e Comércio.

pendurados em fios que circundavam o espaço e divulgada em várias redes sociais conectadas com grupos diversos (Cultura Livre, Largo Vivo, Ocupa POA, Coletivo Catarse etc.), o grupo expôs:

Porto Alegre se tornou uma cidade que arranca as pessoas de suas casas em nome de um campeonato de futebol, que esvazia de gente as ruas e praças, que persegue a música e qualquer forma de arte nas ruas e nos bares, que mutila parques e impõe um viaduto na beira do Guaíba. Nossa resposta será na cara do prefeito. Independente de afinidades partidárias, vamos mostrar o repúdio da cidade às políticas do governo. Sem perder a ternura. Nosso palco e arena é a Praça Montevideú, em frente à Prefeitura. A concentração é a partir das 16h com diversas atividades que seguem noite adentro. Levemos amigos, faixas ou materiais para fazê-las, canecas e instrumentos musicais pro festerê. E nossa alegria como uma bandeira, como um direito.

Se, no controle formal, “Estado de polícia” e “Estado de direito” não cessam de deslocarem-se e irromperem um dentro do outro (ZAFFARONI, 2007), não é diferente na esfera do controle informal. Enquanto alguns autores exaltam novas manifestações de alteridade, pertencimento comunitário e hibridismo democrático dentro de fenômenos urbanos, são recorrentes as discussões sobre as inúmeras formas de exclusão e ausência de democracia no espaço público. Fronteiras surgem em espaços emancipados, assim como emancipações irrompem em lugares improváveis.

A pesquisa de campo em Porto Alegre foi produzida de forma relativamente livre (no período de 2010 até 2012), caminhando - no turno da noite até o início da manhã - do Bairro Independência até a Cidade Baixa pelo Bom Fim e retornando da Cidade Baixa até a Independência pelo Centro (trajetos delimitados no início do artigo). O objetivo era mapear os locais fixos, sobretudo bares e casas noturnas dispostos na região. Cada trajeto levava em torno de duas ou três horas, já que a intenção era realizar um panorama objetivo para delimitar a pesquisa. A grande disparidade de propostas éticas e estéticas entre os espaços fechados e o fluxo contínuo dos frequentadores mostrou que não seria possível construir nenhuma densidade sem reduzir a delimitação. Por outro lado, os espaços abertos sugeriam a necessidade de um acompanhamento mais aprofundado, já que possuíam maior relação com o tema.

A utilização do espaço público, em Porto Alegre, é mais do que uma prática de ocupação territorial da cidade, mas de deambulação (MAFFESOLI, 2005), circulação livre por espaços espontâneos, tentativas de encontro que necessitam de certa fixidez oferecida pelas ocupações, mas cuja existência também está determinada pelo fluxo contínuo. O espaço público está sendo valorizado como uma rede de locais de troca de experiências existenciais que transcendem a ideia do urbano como um local de mera tolerância da diferença.

O que caracteriza a utilização contemporânea dos espaços públicos é a compreensão cultural da transformação paulatina da cidade em um espaço de barreiras e interdições que precisa ser obstaculizado, a consciência da importância do compartilhamento (de bebidas, de alimentos, de sentimentos, de afetos), a percepção de que a segurança depende do coletivo e, sobretudo, a valorização do imaginário e do lúdico como dispositivos de deslocamento de uma contemporaneidade cada vez mais árida, sedenta de contatos afetivos. Tal projeto é sempre expectativa mediada e negociada, na maioria das vezes fracassada, mas expectativa de encontro oposta àquela da segregação.

A utilização de malabares, o consumo recreativo de psicoativos, a organização descentralizada (embora nem sempre coletiva), a preferência por territórios simbólicos ou lúdicos de efervescência (MAFFESOLI, 2005, p.131) e a utilização de espaços abandonados pelos controles municipais são características de interações que anteciparam as manifestações que *tomaram as ruas* (MARICATO, 2013), possuindo com elas inúmeras vinculações que as transcendem e que continuaram atuantes até o fechamento do trabalho.

O objetivo aqui é demonstrar que a dissonância entre lazer e política está sendo corroída por uma série de fenômenos que começam pela valorização do espaço não mercantilizado da rua e que criam redes, circuitos, cenas e trajetos identificados com novos modelos de socialidade, opostos àqueles das cidades de muros e das criminologias da vida cotidiana. Só faço referência à “história” dos locais quando considero fulcral para o argumento, pois, ao que tudo indica, a eleição dos espaços a serem utilizados é mais intuitiva (no sentido efêmero e transitório) do que racional. Pelo mesmo motivo, não os separo por critérios temporais, apenas farei nos parágrafos seguintes uma exposição em constelação¹⁰.

O Bambu's¹¹ é um retângulo, cujos lados formam ângulos retos entre si e que, por isso, possui dois lados paralelos verticalmente e os outros dois paralelos horizontalmente. Como uma caixa de fósforos com abertura frontal, possui a entrada em um de seus lados menores, causando a sensação de se estar em um corredor, com a avenida à frente e os banheiros ao fundo. O teto é baixo.

Sentando de costas para a rua, temos ao fundo o banheiro, no lado esquerdo o espaço do bar e no lado direito mesas fixas ao chão, com quatro lugares cada uma. Não há janelas. No balcão

¹⁰ A “constelação” aparece como modo de apresentação em diversos trabalhos de Michel Maffesoli citados no artigo, opondo-se ao modelo linear e permitindo conexões relativamente soltas, desde que o sentido apareça em momento posterior da explicação.

¹¹ Bar, *boteco*.

há bancos fixos, giratórios, sem encostos. Fica no piso térreo de um pequeno prédio antigo, com mais quatro andares acima dele. Sua forma geométrica e aparência estética insinuam um corredor ou uma garagem.

Localiza-se em uma zona intermediária de Porto Alegre, entre o centro e o bairro Independência, na Avenida Independência, local de fluxo intenso durante o dia, calçadas estreitas espremidas pela avenida larga, com os pedestres sendo empurrados por duas pistas no sentido centro-bairro e uma pista para ônibus no sentido bairro-centro. No trecho em que o bar se encontra, as calçadas são um pouco mais espaçadas, permitem permanências.

Em frente a um tradicional colégio particular da cidade, não mantém com ele nenhuma relação. Abre as portas quando as do colégio se fecham, fecha suas portas quando as do colégio se abrem. Embora a entrada seja larga e sem demarcação entre o interior e a Avenida, a ausência de janelas e o aspecto retangular produzem a sensação de ser uma linha de fuga da rua. Uma toca.

Antes da proibição do tabaco em lugares fechados, possuía um filtro de cor cinza, produzido pela fumaça intensa. Se a medida legislativa descaracterizou um pouco a tonalidade do bar, por outro lado aumentou o trânsito entre o bar e a rua. Sair para fumar libera o indivíduo do grupo, favorecendo as interações. Em um bar como o Bambu's, forçar o trânsito dos fumantes significa estimular o trânsito de quase todos os frequentadores.

Nos finais de semana, o número de pessoas na rua é muito superior ao número de frequentadores dentro da casa. A massa concentrada do lado de fora é proteção contra repressão policial. O fluxo em direção à calçada — sem sair nem entrar totalmente no recinto — é um tentáculo poroso que se mistura com o fluxo da própria avenida.

Há um banheiro masculino e um banheiro feminino, mas apenas quem não conhece o lugar respeita os desenhos colados na porta. Não há como fechar a porta, necessário acreditar no bom senso. Toda a estrutura é rústica e nada asséptica (não há papel ou espelhos, as torneiras e a descarga não são confiáveis, as paredes estão pichadas). Do corredor para o banheiro é possível ver a entrada da pequena cozinha. Dependendo do dia e do cliente, é possível comer alguma coisa. Dona Ana chama todos pelo nome, investe um tom familiar quando está presente. Como carrega esse tom consigo, ele contagia a toca. Dona Ana produz laço, investe na familiaridade.

O bar, administrado por Dona Ana e pelo Tio Sid, comunica espécie de decadência e conforto, típico dos lugares que envelhecem com humildade (possui 38 anos de existência), sendo que o fato de a humildade ser real, e não um fetiche, de ela estar ali presente não por desejo *cool* de figuração nostálgica, mas por ter biografia e historicidade, produz intimidade. No meio do fluxo

intenso do tempo, a permanência do território alivia a tensão. Frente aos inúmeros movimentos de gentrificação, o bar permanece intacto como uma *ossada que resiste ao passar do tempo*.

Neste aspecto, é diverso da tendência *retro*, que, embora possa ser eficaz na produção de interações, normalmente não consegue desempenhar todo o papel necessário para uma figuração confiável simbolicamente. O clima possui certa independência mundana — aproximada do que Merton chamaria de *retraimento* — que não pode ser construída arbitrariamente; é necessário que pareça ter sempre estado ali. Foi alvo intenso da campanha de lei e ordem ocorrida no final de 2011, ainda que administrativamente estivesse regular. Na maior parte das abordagens, a polícia militar apenas ficou parada do outro lado da rua ou intimidando o público, perguntando o que faziam ali, *se estavam usando drogas* etc.

A relação entre a largura das paredes (pequena) e a amplitude da porta (grande) alimenta o imaginário de ser uma extensão da democracia libertária da rua; na hipótese de a rua pensada como espaço de exercício livre da cidadania. Por outro lado, senta-se ao fundo, no horário de trânsito, escapando-se da rua; da rua pensada como espaço do caos. De qualquer forma, difere da estética burguesa de grande parte dos estabelecimentos noturnos porto-alegrenses e de casas noturnas com espaço aberto: no local, entrada e saída são plenamente livres, a rua estabelece com o boteco uma relação de prolongamento, extensão. Não há seguranças, comandas, revistas corporais ou consumação. Ausência de muros na *cidade de muros* de Teresa Pires Caldeira.

A atmosfera permite a permanência de performances que não são de todo individualistas, mas também tribais, “confusionais”. Ainda que não tenha como característica a catarse que alguns locais de comunhão coletiva favorecem, o território é um indicador da fusão-confusão que podemos observar a respeito de locais de concentração urbana que acentuam a importância de uma anarquia mínima para que a alteridade tenha espaço.

O cenário de terror urbano apresentado por grande parte da mídia — e até dos pesquisadores mais progressistas acerca do imaginário citadino — poderia levar ao pensamento de que a projeção da interação em locais não segregados dentro da urbe, portanto formalmente descontrolados, seria o grau máximo de *oportunidades para o crime*. A ausência do controle institucional provoca o pressuposto de ausência de *qualquer* ordem e previsibilidade, como se fossem categorias conexas indispensáveis. A dúvida é se realmente perdemos a capacidade de negociar socialidade ou é o discurso que afirma esta perda o que está sendo excessivamente repetido de forma asséptica, sem confronto com o cotidiano.

Em Porto Alegre, embora tenham sido amenizados na última década, confrontos entre carecas, neonazistas, *skinheads* e *punks* são comuns, e já tiveram como resultado inúmeras lesões graves e alguns homicídios. Embora o assunto seja tratado de forma caricata pela imprensa, estes grupos de fato existem, são visíveis. O Bambu's foi palco de alguns destes confrontos, pois o circuito *punk*, que nas décadas anteriores se concentrava na Avenida Osvaldo Aranha, foi inibido: bares foram fechados, a repressão policial aumentou significativamente e a alegoria política dos bares perdeu prestígio, como toda política tradicional. Foi aberto um posto da Brigada Militar na esquina do Parque Farroupilha, fechado posteriormente. Estar no meio do caminho entre a Osvaldo Aranha e os bares do centro é uma das razões apontadas para o Bambu's ter sido adotado como herdeiro de alguns destes movimentos.

A calçada mais larga em frente ao bar acabou atraindo parte deste público nas sextas (punks e alguns poucos *skinheads*, os carecas não são tolerados). O Tio Sid chegou a aumentar os preços das bebidas com medo que *aquilo não parasse mais*. Mesmo assim, permanecem. Compram vinho barato, sucos e vodka para misturas em garrafas de refrigerante. Tocam música, falam alto, são hospitaleiros e mantêm uma espontaneidade interessante de ser vista. Dos que conheci, alguns trabalhavam, poucos estudavam, a maioria vivia de pequenos bicos. Inúmeras vezes escutei que é impossível trabalhar muito tempo no mesmo lugar, porque *vira um compromisso*. As idades são variáveis.

A maior parte dos pedestres evita passar muito perto ou atravessa a rua. De todos os grupos que conheço, certamente são os mais dóceis. Recebem a diferença sem indagações e provocam integração sem interrogatórios ou paranoias securitárias. Sempre me apresentei como pesquisador e todas as interrogações sobre meu trabalho eram convidativas ao diálogo. Alguns possuem armas brancas; a permanência reiterada no espaço da rua exige alguma *garantia corporal*, argumentam. Não são agressivos quando há alguma apresentação, mas a imprevisibilidade natural da rua faz com que alguns sempre estejam atentos ao que ocorre no espaço.

Fumam maconha como quase todos os grupos (a maconha é uma das poucas unanimidades) e utilizam remédios e cocaína com um pouco mais de naturalidade (não são escandalosos, mas também não escondem nada). Usam a rua com extrema liberdade. Deitam no chão e tocam nas coisas sem os pudores da *contaminação*: entram em contato com a concretude da rua. São gentis com os moradores de rua. Não são *politicamente corretos* nos diálogos, utilizam sarcasmo sem medo de serem mal interpretados, se posicionam. Não acham que o anarquismo (é

um exemplo, muitos se dizem socialistas, comunistas, apolíticos etc.) seja algo para ser conquistado pela massa, mas consequência natural de não querer ser absorvido por uma cultura *decadente*.

Comentam que a música e o visual não são nenhuma regra, não se vestem retilinearmente. Assisti algumas cenas de agressividade, sobretudo quando se percebem vigiados. Explicando estratégias de amenizar as consequências da rotulação, referem que nos períodos de *colheita* da Brigada Militar utilizam outras formas de figuração estética — *performances*: *Se não nos vestirmos como acham que sempre nos vestimos, não somos vistos*. Embora eu tenha sido ignorado nas tentativas iniciais de diálogo (aceitavam a aproximação, mas se retiravam logo que tentava explicar o trabalho), alguns amigos mostraram pontes, favoreceram a abertura. O encontro em outros espaços das redes e o pertencimento a circuitos comuns sedimentou a confiança.

Magnani expressa o receio de que as teorias pós-modernas que salientam a fragmentação acabem velando as continuidades e algumas ideias de totalidade que os espaços almejam, certo *ethos* ambiente (MAGNANI, 2007, p.16). É bastante comum a percepção de elos entre os participantes, o que remete à ideia de totalidade estética e afetual (MAFFESOLI, 1996, p.12). Não é possível demonstrar através de recortes econômicos ou políticos precisos; nisso a fragmentação é evidente. Ocorre que o “político” está na expressão subjetiva do reencontro no espaço e na reiteração dos encontros em outros espaços que remetem a uma ideia difusa de totalidade. Se o Bambu’s significava ponte geográfica entre locais *undergrounds* que foram extintos nas proximidades, como o Garagem Hermética, o local continua sendo um espaço de divulgação de redes que permanecem com diferentes graus de totalidade: paredes repletas de cartazes, pessoas repletas de informações.

Cada encontro imprevisto fora do espaço relembra uma ética política que reforça a estética do Bambu’s. Não há como desenvolver este vínculo de forma linear e racionalista, mas nem por isto torna-se incompreensível. Da mesma forma, não consigo explicar o “recorte” dos frequentadores do bar Bambu’s, apenas referir que existe algo inominável que “faz laço” entre as tribos.

Um dos poucos espaços analisados fora dos quadriláteros foi o Viaduto Otávio Rocha (pela semelhança entre os frequentadores), mais especificamente o *Tutti Giorni* que passou a atrair, a partir de 2010, um público muito maior do que o costume, sobretudo nas terças-feiras. Inicialmente local de comércio de viandas e de um risoto tradicional a preços módicos, acabou atraindo um público heterogêneo também no turno da noite. Público que não era atraído ao

interior do bar, mas permanecia nas escadarias do viaduto da Avenida Borges Medeiros, com vista ao Sul e ao Norte para o centro de Porto Alegre — área até o momento considerada degradada.

A vigilância da SMIC, o excesso de público, dificuldades econômicas e problemas com outros condôminos acabaram por fechar o estabelecimento e encerrar a ocupação das escadarias. Ainda que parte dos frequentadores tenha continuado a ocupar as escadarias, a incerteza quanto à aglomeração diminuiu a segurança e, logo, o público é que garante sua permanência. Deixando claro que a ocupação do espaço público não era uma simples efemeridade, o Tutti Giorni foi reaberto no final de 2012, desta vez junto ao Viaduto dos Açorianos.

Com um “laguinho” fazendo o contorno logo em frente ao bar, nas terças, o Tutti continuou sendo um local comum de quem sabe que *a rua é o lugar mais importante da cidade*. Sem segurança privada, sem presença ostensiva das polícias e com o público mantendo independência em relação ao proprietário, ficou claro que havia ali muito mais do que afeto pelo dono do estabelecimento, o cartunista Nani. A dinâmica de reocupação, reterritorialização e valorização da diferença pela ausência da restrição de ingresso é um fenômeno urbano evidente em alguns locais de Porto Alegre. A estética dos frequentadores não é uníssona, embora possam ser identificados forçosamente grupos que em outras épocas poderiam ser rotulados como *hippies*, *rastafáris*, *punks* etc. Não creio que ainda seja possível segmentar desta forma.

É um local efetivamente plural, onde a negação da segregação está no compartilhamento de coisas e objetos, na venda apenas de produtos manufaturados ou artesanais, incluindo as roupas, bebidas e alimentos que são vendidos ou trocados antes e após o encerramento das atividades no bar, em torno da meia-noite. Como é um espaço aberto, o trânsito e o acesso são absolutamente livres, embora disto não decorra uma utilização universalista do espaço. Posteriormente, o local começou a ser utilizado em variados dias da semana em encontros organizados por inúmeros coletivos de artistas e ativistas da cidade. Pendurando lençóis nas árvores, armando barracas, criando iluminações coloridas, projetando filmes e se aglutinando em torno de rodas de música, o “laguinho” voltou a ganhar cor em contraponto ao cinza do asfalto que o circunda. Principalmente durante a madrugada.

A expensas do empresariado moral que continua colocando uma aura de depravação e insegurança na utilização do espaço público com jargões como “sem vigilância” ou “drogas, crimes e sexo”, o público continuou transgredindo a norma cultural de transitar apenas da residência privada para os estabelecimentos comerciais e fortaleceu seu enlace com os territórios coletivos livres. Inevitáveis as discussões sobre a gestão dos espaços, recolhimento do lixo ou postura em

relação à presença das polícias, mas presenciei poucos conflitos declarados. Por outro lado, há inúmeros debates públicos e virtuais sobre a diferença dos frequentadores do Tutti com aqueles das ocupações à beira do Lago Guaíba, no centro da cidade ou na Avenida Independência. Creio que seria possível realizar alguma espécie de classificação ou *tipo ideal* de cada um destes locais, mas em um momento no qual a lógica é de separação física e concreta dos habitantes das cidades de muros, creio que seja mais importante destacar que nestes espaços ninguém regula a entrada de coisa alguma e o acesso é universal, embora cortes de classe não tornem a presença absolutamente plural. A segurança não é garantida por nada, mas o número de frequentadores estabiliza o público, ainda que o empresariado moral tenha mantido suas campanhas.

Nas redes sociais, nas conversas em grupo, nos microfones das bandas e nos megafones, o alerta para tomar cuidado com a divulgação dos encontros e evitar o policiamento é constante. De certa forma, a presença da polícia afasta a multidão. Afastando os frequentadores, diminui a segurança do espaço. As agências públicas de segurança possuem alguma dificuldade de conviver em zonas livres de interferência, pela suposta ilegalidade de uma permanência não reativa. Portanto a presença inconstante da repressão estatal afasta os frequentadores. Como é o público que garante a segurança, e não a repressão estatal, a presença da polícia uniformizada reduz a segurança.

Por outro lado, presenciei diversos policiais militares transitando com tranquilidade em alguns espaços, sem nenhuma forma ativa ou passiva de intimidação. Os problemas maiores ocorrem com a presença de policiais em grupos, fazendo ronda ostensiva. O espaço possui uma estética de liberdade, a ronda ostensiva é um símbolo da repressão. Não há como harmonizar as duas coisas, salvo em um contexto histórico de compartilhamento e tolerância, em que a tradição das instituições seja compatível com a presença da fiscalização estatal em espaços de exercício livre de cidadania.

Como expresso em cartazes presentes em vários locais, a ideia de desmilitarização e ausência de vigilância não era direcionada apenas para a segurança estatal, mas defendia uma “desmilitarização das polícias, da vida, do pensamento e da alegria”. Se a reação social à ocupação do espaço público continuava ativa, a agilidade das redes sociais (virtuais ou não) provocava dispersão e troca constante dos locais de reterritorialização. Um dos espaços ocupados e no qual se tornou constante a presença das agências de segurança foi a Orla do Guaíba, sobretudo durante a madrugada, antecedendo o nascer do sol. A relação com o tempo cíclico, dicotômico ao tempo linear, faz parte da visão de mundo de muitos grupos. O nascer e o pôr do sol ressaltam a

mundanidade (MAFFESOLI, 2003, p.131) e a importância das relações horizontais, cujos objetos de aglutinação e compartilhamento virtual estão na partilha de cultos comuns: o sol, o som, a lua, o parque, a rua — dispositivos epidérmicos, tecnologias do imaginário (SILVA, 2006, P.22) que interagem com os dispositivos e tecnologias do corpo da microfísica de Michel Foucault.

Por vezes titulado como Luau Autônomo Sem Consumismo ou Orla da Alegria e posteriormente prescindindo de classificar os eventos, pela repetição dos encontros, a orla do Guaíba tradicionalmente erma no turno da noite começou a receber atividades correlatas àquelas já comuns nos outros locais, como malabares, brincadeiras, troca coletiva de bebidas, piqueniques comunitários... A postura intelectual é absolutamente variável, mas o tom é lúdico, imaginário. E o imaginário é real, faz vínculos, produz centralidades subterrâneas (MAFFESOLI, 2005, p.84). Idealizações racionalistas estão presentes, não poderiam se ausentar, mas sua forma de apresentação não é verbal: distribuição de flores, apresentações musicais, troca de livros...

Os eventos não revelam uma ideologia explícita, mas explicitam heterotopias cotidianas inéditas: por vezes assemelham-se ao hedonismo, outras vezes se aproximam da crítica do capital, em alguns momentos a ênfase é na ecologia ou no surrealismo, em outros momentos é a organicidade de uma roda de samba ou o tambor do maracatu que energizam novamente o encontro comunitário. Não há uniformidade, mas as temáticas possuem inúmeros enlaces entre os quais a afetividade, o hedonismo e o imaginário tomam a *cena, estetizam a fachada* — “nossa revolução é no corpo”, ainda que os mesmos sujeitos possam ter uma vida cotidiana racionalizada, programada. Não se passou do cinismo político à generosidade ética despolitizada (LIPOVETSKY, 1989, p.281); os sujeitos são diferentes e comportam leituras díspares que não admitem totalizá-los. Importante a presença ativa de mulheres na organização dos eventos, muitas vezes na exposição irônica, zombeteira e sarcástica do patriarcalismo (LIPOVETSKY, 2000, p.88): “E quando rolar treta/Não vem homem se meter/As mina se organiza/E consegue resolver/Se envolve, reivindica, expulsa o machão/Cria resistência contra as formas de opressão”.

As ocupações não ocorrem apenas em locais idílicos como na beira dos lagos ou praças, alguns eventos como o Vaga Viva procuram obstaculizar o núcleo do “carrocentrismo”, transformando vagas de estacionamento para carros em espaços de permanência na rua: com instrumentos musicais, cartazes, tapetes e demarcações artesanais ocupam as vagas e fazem novo uso delas, reencantando o urbano (MAFFESOLI, 1995, p.145). Da mesma forma, movimentos de ciclistas que já transcenderam o pioneiro coletivo Massa Crítica ocupam as faixas de automóveis em coletivos que realizam trajetos por toda a cidade.

Os “aparelhos” presentes na Cidade Baixa talvez tornem apta a categoria de “mancha” (MAGNANI, 2008, p.84) para o bairro, sobretudo a Rua João Alfredo e a Avenida Lima e Silva, o que explica a centralidade que possui em relação a diversos movimentos, servindo como espaço de concentração, saída ou encontro de muitos coletivos. Tendo o lazer noturno como característica, e a predominância de casas noturnas com música ao vivo (sobretudo samba, samba-rock, pagode, rap, reggae e MPB), possui continuidades que possibilitam a semelhança com uma “mancha” de lazer: possui multiplicidade de espaços físicos análogos que produzem expectativa de encontro ético e estético independente de prévia combinação, pela localização em território relativamente fixo. Optei por aberturas nos espaços inicialmente delimitados para evitar o risco de cair em perspectiva reificadora, restrita e demasiadamente *comunitária* do bairro, como se houvesse laços de reciprocidade significativos vinculados apenas ao compartilhamento territorial (MAGNANI, 2008, p.44).

Se é verdade que as metrópoles tornam-se agregadas de enclaves com linhas divisórias entre *insiders* e *outsiders*, ferrenhamente disputadas (BAUMAN, 2011, p.15), Porto Alegre ainda mantém espaços de mediação, sempre negociados. Em muitas falas sobre as regras e interações em espaços de exercício livre da cidadania apareciam expressões relacionadas ao capital cultural esperado dos frequentadores (conhecer a história do espaço, a *ancestralidade*), em outras é a ausência de ostentação econômica que se torna distintiva (distinção negativa). Não creio, porém, ser possível a utilização de tais características como forma de diferenciar os espaços. É claro que a ostentação do capital econômico é uma péssima forma de apresentação em espaços livres, visto que o discurso “ambiente” procura se localizar nas franjas e nos interstícios da lógica de consumo, da vida a crédito (BAUMAN, 2011, p.30).

Não é tanto a questão concreta do “capital”, mas a questão ética e estética relacionada. Porto Alegre possui inúmeras casas noturnas onde o poder de compra dos frequentadores é, em si, objeto de atração. O que estou dizendo não é que exista uma regra rígida de faixa econômica nos locais que descrevo (espécie de separatismo econômico invertido), mas que o capital econômico não possui a mesma força presente em outros locais de lazer noturno da capital. Existe uma questão concreta, portanto. E existe, também, uma questão abstrata: a crítica do tempo aponta o consumo irresponsável como uma reflexão a ser produzida coletivamente, fazendo com que seus desdobramentos mais fáceis relacionados tanto ao preço como ao estilo das vestimentas esteja em questão, problematizando o ressentimento e o ódio de classe.

Com certeza não tenho como argumentar utilizando a lógica da identidade e nomeando tribos específicas, ainda que possa aproximar muitos locais da estética hippie, punk ou tropicalista e diferenciá-los da estética presente em *shopping centers* e grandes teatros (em Porto Alegre os grandes teatros tornaram-se uma extensão “cult” do *shopping center*). A lógica do consumo não é individualizar pela escolha particular da mercadoria, mas dissolver o indivíduo no mar mercadológico, eliminando a diferença heterogênea pela suposta homogeneidade do consumo, *embaçando* as diferenças de classe. Nas entrevistas, a questão estética discutida esteve presente (*foda ver maluco com a polo do cavaleiro embarreirando o samba*), sobretudo salientando a importância da criação e do desapego (estampas criativas, roupas artesanais ou vestimentas simples). Penso estar na ética, e não na potência de consumo (BAUMAN, 2010, p.31), a valorização da estética específica destes espaços. É lógico que tais conceitos sempre estão imbricados, mas o objetivo é apenas demonstrar o desencaixe entre grupos que organizam um evento denominado Luau Autônomo Sem Consumismo com a utilização de uma roupa cujo valor se aproxime do salário mínimo de um trabalhador.

Se no shopping center não é permitido se embriagar fora dos estabelecimentos construídos para isto, não é permitido andar em grupos, pedintes são expulsos e portadores de sofrimento psíquico desacompanhados são convidados a se retirar, nos espaços de exercício livre da cidadania a lógica de respeito com a diferença precisa ser outra para produzir laço social: o acolhimento deve ser universal, não basta tolerar a diferença mantendo a distância espacial, evitando contato. Questões comportamentais como a ajuda ao abuso de psicoativos, compartilhamento de bebidas e a interação com indivíduos cuja forma de expressão não seja usual são formas de interação sempre negociadas, nunca definitivamente encerradas. Reiniciam a cada encontro.

A distensão e o nomadismo contribuem para a impossibilidade de rigidez conceitual. Se é verdade que parte dos frequentadores dos espaços públicos está igualmente presente em casas noturnas onde a questão política do lazer possui menor destaque, a própria presença massiva destes frequentadores torna *naquele momento* a casa noturna um espaço de disputa micropolítica. Mesmo em bares que não possuem música, não são organizados por redes sociais e não possuem dias específicos dividindo esteticamente a semana (como “segunda punk” ou “terça do samba”, por exemplo), pode existir “algo” no espaço que preceda as pessoas que estão ali e contamina o recinto: *não é que o banheiro tenha que ser sujo, é só que nada pode querer ser impecavelmente limpo*. Esta não é uma afirmação negativa sobre a questão higiênica do espaço, mas uma afirmação

ética que defende uma estética em que a questão higiênica não pode ser naturalizada no ambiente através da limpeza realizada pelos trabalhadores do bar: *uma parada é fazer a galera limpar a orla antes de sair, outra coisa é só querer colar em espaço com brilho no chão, até porque né... isso só mostra o número de peão que a casa tem*. O público é bastante diferente daquele que pode ser encontrado nas grandes casas noturnas da cidade, bem como em bares de bairros como Auxiliadora, Bela Vista ou Moinhos de Vento: *por ruas mais gentis*.

A dinâmica de reterritorialização dos espaços públicos ainda motivou a ocupação de locais cujo desuso anterior parece, agora, inexplicável. Na Rua João Alfredo, o Museu José Joaquim Felizardo possui, atrás do casarão que lhe serve de pórtico, um imenso terreno localizado no meio da Cidade Baixa. Absolutamente inutilizado. Estão sendo organizados piqueniques culturais com músicas ao vivo, troca de livros, exposições abertas e encontros de coletivos que se encerram no horário de início das festas da Cidade Baixa, com boa parte do público apenas se deslocando de um local para outro, conforme os trajetos se desenham ao passar da noite. Vendem-se bebidas e comidas artesanais, mas também há trocas, shows, compartilhamentos, doações... O espaço é mais heterogêneo do que os outros citados, já que está relativamente livre das pautas críticas que caracterizam os locais de maior confronto micropolítico, parecendo mais um espaço de confraternização como os grandes parques metropolitanos que reúnem famílias nos finais de semana. O que torna importante sua lembrança é o momento histórico no qual um espaço de convivência desocupado é retomado de forma relativamente livre: não há burocracia, ingresso, vestuário obrigatório, impedimentos para entrada etc., ainda que neste caso exista segurança privada.

No Bambu's, as relações são outras. Nunca se está totalmente dentro do Bambu's. No centro, nunca se está totalmente fora do largo: é este espaço entre a identidade e a liquidez ou entre a organização e a *con-fusão* que é utilizado para se exercer práticas coletivas que permitem encontros sem esforços violentos de síntese ou projetos de homogeneidade. O controle do espaço torna-se impossível na sua gênese: quando os primeiros eventos da Defesa Pública da Alegria e do Largo Vivo aconteceram, houve muita discussão sobre a legalidade ou não de ocupar a praça, colocar aparelhos de som, realizar espetáculos musicais ou interagir com a estética dos espaços. Dois anos depois, esta já é uma questão superada.

As polícias — sobretudo a guarda municipal — tentaram obstaculizar os eventos, mas como obstaculizar um evento que não possui organizador, dono, proprietário? Como obstaculizar um evento em que os instrumentos musicais, bebidas, alimentos e adornos estavam distribuídos

entre todos os participantes? Mais do que isso, a diversificação dos espaços ocupados torna impossível seu controle: será no largo? Na orla? Na praça? Na escadaria? No viaduto? Na avenida? Se Hobbes teve como única paixão o medo (PENNA, 2013), aqui a aposta é na segurança da multidão; a tranquilidade é sempre uma composição efêmera a ser construída no momento do encontro. O medo abstrato dos parques e praças é amenizado pela segurança das redes e objetificado, de forma maniqueísta, na violência policial: *que coincidência/não tem polícia/não tem violência*.

Teresa Pires Caldeira - no texto intitulado “Inscrição e circulação: novas visibilidades e configurações do espaço público em São Paulo” - analisa o rap, a pichação, a circulação urbana nas metrópoles fragmentadas e o significado de atos transgressivos contemporâneos, em posicionamento bastante dicotômico ao que desenvolvo aqui. Se nos espaços públicos ocupados por camadas médias, visualizei produções de socialidade abertas ao contato, Teresa Caldeira afirma que os moradores das classes média e alta “se fecham em enclaves fortificados e só contemplam a cidade detrás das janelas fechadas e escurecidas dos carros”. Se compreendo o movimento rap como uma tentativa de construção de socialidade que obstaculiza o genocídio periférico e, ao mesmo tempo, estabelece mediação cultural através da subjetivação artística do “bom malandro” em espécie de convivência antagonista, Caldeira sustenta o lado perverso deste processo: a negação do Estado de Direito como forma de obtenção, expansão e alargamento democrático.

Não parece correto afirmar que os jovens de classe média estejam apenas escondidos em seus carros e cercas eletrônicas e acho pouco provável que os sujeitos periféricos estejam criando enclaves fortificados que legitimem sua própria exclusão, pelo menos como hipótese generalista. Em Porto Alegre, as Batalhas de MC’s ocorrem a menos de 50 metros de algumas ocupações das camadas médias. Ainda que a percepção do cotidiano, o projeto de socialidade, o posicionamento sobre a mediação e a forma de expressão sejam diferentes (e as estruturais sociais estejam relacionadas a esta diferença), penso que a retomada do espaço público como ambiente de contato direto seja uma característica difícil de ser visualizada apenas a partir de conflitos socioeconômicos, o que não significa que estejam ausentes: na Virada Cultural de 2013, em São Paulo, Mano Brown comenta alguns arrastões que ocorriam no centro e pergunta: *Aquela porra daquele Mizuno é 900 pau...quem aqui ganha 900 pau?*

A linguagem dos sujeitos periféricos não possui as mesmas interjeições e entonações dos jovens das camadas médias, mas não há criação de barreiras intransponíveis. Tendo a cidade de

muros como metáfora espacial, creio poder afirmar que jovens de camadas sociais distintas estão sedentos de *desejo* e atitudes transgressivas produtoras de socialidades que talvez não estejam próximas do modelo do Estado de Direito, mas rechaçam abertamente os enclaves e o modo segregacionista de mobilidade urbana característicos do período contemporâneo.

A criminologia como campo de saber próximo tanto da temática do controle como da temática da violência pode ser apta a trazer à tona estes movimentos que não reivindicam da mesma forma os ideais de cidadania dos movimentos sociais tradicionais, mas não sendo mera reprodução, escancaram uma brecha para pesquisas criminológicas atentas ao tema do desvio, da transgressão e dos modelos de convivência metropolitanos.

Se há um modelo de controle segregacionista, há também modelos de convivência que desafiam a segregação. Os enclaves fortificados não afastam apenas excluindo, mas também assujeitando, produzindo subjetividades em consonância com a segregação. A construção de projetos e modos de vida alternativos a este processo pode ser visualizada tanto nas periferias como nos espaços centrais. Ocorre que, inobstante desafiarem a exclusão e o afastamento, podem produzir projetos territoriais homogêneos, excessivamente comunitários, voltados apenas para dentro de cada enclave fortificado ou zona de exclusão. É a crítica aos ajuntamentos contemporâneos centrais: seriam elitistas, excessivamente festivos, divulgados em redes virtuais apenas *supostamente* abertas, repletos de barreiras estéticas e econômicas etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei o trabalho observando espaços de exercício livre da cidadania¹², sobretudo no turno da noite. A seleção dos espaços procurou evitar uma demarcação que propiciasse hipótese muito provável de ser confirmada. Se a delimitação recortasse um bairro de classe alta, creio que seria muito difícil fugir da hipótese da segregação¹³. Se fosse estabelecido recorte em um bairro periférico, acho pouco provável a visualização de encontros e hibridismos rotineiros. Procurei, então, estabelecer um recorte *médio* ou *central*: espaços de lazer noturno com possibilidade de

¹² Espaços em que as coerções características dos espaços de trabalho ou de convivência familiar estão ausentes ou amenizadas.

¹³ Os estudos culturais urbanos e os estudos criminológicos contemporâneos salientam características de segregação e exclusão no espaço público. Ainda que autores como Zygmunt Bauman e David Garland (e outros citados ao longo do artigo) sejam referenciais em seus respectivos campos, a afirmação também é muito frequente em trabalhos que versam sobre zonas urbanas no Brasil, como as pesquisas de Teresa Caldeira.

permanência fora de estabelecimentos de consumo (queria evitar a restrição de comportamentos causada pelo controle privado).

O trabalho de campo coincidiu tanto com uma empreitada moral ao bairro Cidade Baixa como com a utilização de espaços de exercício livre da cidadania em locais abandonados, absolutamente desertos no turno da noite. Precisei alterar os espaços definidos previamente por exigência do próprio resultado parcial de pesquisa que havia obtido. Isto só foi possível, importante destacar, pelo espaço acadêmico em que estava construindo o trabalho e pelo conhecimento que tinha do espaço urbano. Não fiquei inseguro com a hipótese de ter o trabalho rejeitado por alterar o projeto, nem em ampliar o campo de pesquisa, já que o contato com o programa de pós-graduação e com o orientador indicava que o recorte metodológico deveria auxiliar, não confinar o trabalho.

Ampliei, então, os espaços de interação. O primeiro resultado foi a percepção de que não eram atitudes individuais desconexas, havia mais do que *festa* nos espaços ocupados, por mais festivos que fossem. De qualquer forma, espaços de *festa* sempre existiram, não seria preciso criar-se novos espaços, sobretudo pela dificuldade de gestão e segurança em locais absolutamente abertos no turno da noite. O segundo resultado do trabalho foi a visualização fática de problematizações que autores como Michel Maffesoli realizavam há bastante tempo: entrecruzamento flexível de uma multiplicidade de círculos cuja articulação forma as figuras da socialidade (MAFFESOLI, 1998, p.169).

Durante a pesquisa me deparei com um dos principais equívocos metodológicos do projeto: a redução espacial do campo de pesquisa e a definição de uma única forma de observação. O objetivo, na escrita do projeto, era me proteger dos riscos de realizar trabalho de campo sem conhecer profundamente a prática metodológica da etnografia e da observação participante. A ausência de polifonia (MAFFESOLI, 2007) metodológica, porém, foi o que mais me fragilizou: havia feito um recorte espacial que era capaz de absorver a presença inconstante de públicos distintos, mas precisava de mais material de análise do que observação dos espaços. As críticas - bastante presentes na sociologia e na criminologia contemporânea - sobre os autores denominados pós-modernos, que defendem a utilização plural de materiais diversos na construção científica, havia podado meu interesse em diversificar os objetos de análise sem realizar recortes espaciais.

Ocorre que só seria possível analisar de forma séria a pertinência da hipótese de resistência profana ao modelo de restrição do encontro, em voga nas grandes cidades, se

compreendesse minimamente a importância disto para além das camadas médias e altas, já que só há diferença propriamente dita se houver possibilidade radical de encontro. Estava internalizada em meu projeto a lógica intelectualista: os jovens das camadas médias estariam transgredindo o projeto do empresariado moral porque propiciariam, com suas práticas *festivas*, espaços onde a *ralé periférica* (SOUZA, 2012) poderá estar presente, já que são espaços livres; mas por que jovens da periferia teriam algum interesse em interagir com jovens de camadas médias?

O espaço definido no projeto permitiu interações com sujeitos de variadas camadas sociais, mas não era o suficiente para compreender efetivamente a importância de espaços de exercício livre da cidadania para os novos “batalhadores” (SOUZA, 2012) que estão em zonas econômicas movediças. As entrevistas realizadas nos espaços permitiram descobertas muito importantes, mas precisava de maior concretude. Comecei marcando algumas entrevistas mais longas em outros espaços. Ocorre que esses jovens adultos estão em uma zona insegura¹⁴ que mistura alguma possibilidade de alpinismo social com alta vulnerabilidade às instâncias de controle, e as minhas perguntas envolviam, evidentemente, a descrição de uma série de comportamentos inadequados para o empresariado moral.

Uma das principais reclamações dos moradores do bairro Cidade Baixa durante o carnaval é o “excesso” de “gente de tudo que é lugar”. A aparente repulsa demonstra, também, a presença regular de “gente de tudo que é lugar”; posto que é apenas “excessiva” no carnaval. No documentário inserido no DVD “Mil trutas, mil tretas”, Mano Brown caminha com alguns “manos” por um bairro de classe média de São Paulo, identificando a “frieza” do espaço, sem criança correndo, gente na rua, risadas... Menciona que pode chegar um policial a qualquer momento perguntando o que fazem ali, cuja resposta já está preparada: “tô na cidade de São Paulo”. A possibilidade de transitar fora da “quebrada” não implica na negação da comunidade, mas na assunção de espaços onde a heterogeneidade pode encontrar-se: convivência de antagonismos. O fenômeno dos *rolezinhos* só veio confirmar a ânsia pelo contato observada em expressões culturais periféricas.

O exercício livre da cidadania, por parte dos sujeitos das camadas médias, implica na convergência dos projetos de sociabilidade. Ao contrário dos “batalhadores” acostumados a serem barrados em inúmeros espaços, nas camadas médias o contato é uma opção: existem inúmeros espaços fechados cuja seletividade da segurança privada, a estética dos estabelecimentos e o valor dos produtos podem manter a homogeneidade burguesa. Mas há, em outros espaços, uma opção

¹⁴ Sem emprego estável, em alguns casos dependentes de auxílio financeiro da família.

pelo encontro e, mais do que isso, a organização de eventos construídos tendo como pressuposto a necessidade de mediação cultural. Não são apenas espaços tradicionalmente construídos para o lazer e o comércio aos finais de semana, como os grandes parques metropolitanos. São eventos muitas vezes organizados de forma ativa por estudantes secundaristas e universitários que poderiam optar livremente pela segregação.

Se posso discutir tais formas de construção de socialidade pela ótica criminológica é justamente porque permanecem nas margens, nas franjas de uma organização social conflituosa e segregada, sendo objeto de diversos controles sociais. Ocorre que a opção metodológica por grupos e espaços fechados (bem como por objetos unitários separados por classes econômicas) acaba velando inúmeros fenômenos urbanos que — ainda que desviantes — anunciam a coexistência de projetos de socialidade díspares, mas convergentes em pautas específicas (ainda que abstratas). Se contemporaneamente a segurança está vinculada à ausência de contatos sociais em que a heterogeneidade possa manifestar-se, a conduta de um sujeito pertencente às camadas médias, que consiste em colocar o corpo na rua, expondo sua carne ao encontro sem nenhuma forma de prevenção violenta (policial, militar ou privada), consiste em uma inovação do ponto de vista criminológico. E inovação é desvio: produção de novas formas de controle e legitimidade diversas daquelas propostas pelo empresariado moral.

Tentei fazer algumas entrevistas fechadas, mas era como se tentasse aprisionar água nas páginas. Frases como “Rebele-se”, “ame afú”, “por uma cidade coletiva” ou “mais amor” são vistas em pichações, faladas em microfones improvisados, inscritas em cartazes... Não são duráveis, tais modelos de apresentação caracterizam-se justamente pela efemeridade, mas não apenas o que é durável está livre da frivolidade e da superficialidade (LIPOVETSKY, 2007, p.55).

Os espaços estão interligados por redes virtuais (Cidade Baixa Livre, Ocupa Cidade Baixa, Largo Vivo etc.), redes de afinidade musical (as bandas circulam por casas noturnas e espaços abertos, estimulando o trânsito do público) e redes estéticas/éticas. A grande maioria dos entrevistados fez referência à liberdade de ação destes espaços, bares e casas noturnas: a característica de ser um local para conversar (Bambu's), dançar (Odomodê) ou viajar (espaços públicos) libera os frequentadores da obsessão narcísica da conquista meramente especular. A abertura para o desconhecido possui a barreira ética da afinidade com o espírito dos espaços, incentivando o contato sem pressa, a dança lúdica, a *descarga* afetiva (CANETTI, 1981), a conversa não programada... irrupção e valorização de afetos cujo discurso *pós-moderno* previa há pelo menos duas décadas.

Existe troca constante entre as tribos que não respeitam classificações econômicas e produzem o cimento maleável da agregação pelo emocional, pela sensação tátil: “nebulosa afetual (MAFFESOLI, 1998, p.103)”. É um erro pensar que esta é uma característica apenas das camadas médias, e que o hedonismo está acima ou abaixo da questão de classe, o espaço social não é uma estante. A intervenção espacial lírica (a música no caso das casas noturnas, as instalações nos espaços abertos, a ancestralidade nos espaços antigos) suspende a realidade e cria um ambiente que embaça a individualização, estabelecendo compartilhamento poético que permite variação existencial em harmonia com certa organicidade. É a necessidade de busca de algum contato afetivo — mais do que de resgate — das tribos contemporâneas que torna especial e heterotópica a efervescência noturna. A noite não é uma condição lírica, mas a normalização do diurno torna o período noturno o momento mais propício para a suspensão dos assujeitamentos.

A suspensão pode ser libertadora, ainda que também liberte os gozos perversos e a experiência narcísica (“mas já têm pessoal colando que acha já que pode tudo, tal... como é que pode tudo?”). Se as tentativas de encontro expressam certa liberdade existencial disposta a regular de forma alternativa a socialidade, ainda falta a produção de interditos horizontais. O desafio da disposição ao encontro e do controle profano é comum tanto às camadas médias quanto aos sujeitos periféricos, ainda que expressem tensões diferentes.

O transe coletivo, a descarga, coloca um novo componente, produz outra coisa em relação ao cotidiano. A dissolução das individualidades na massa — diluição das heterogeneidades na instantaneidade da homogeneização provocada pelo compartilhamento interacional — é experiência buscada em grande parte dos eventos. Este efeito instantâneo já é uma forma de mediação. Nos locais em que as apresentações artísticas são regulares, o poema presente nas músicas, por exemplo, é expressão subjetiva que oferece a realidade pressuposta que motivou o autor, mas expandida a todos os presentes, amenizando o individualismo através da diluição na massa. A concepção mítico-mágica da poesia é instrumento privilegiado que intervém nas relações do cotidiano e altera a percepção da realidade objetiva. A identificação lírica recompõe o processo de homogeneização efêmera, ainda que no momento seguinte o efeito se desfça, estabelecendo novamente a diferenciação individual (FERNANDES, 2013, p.51).

Ao contrário do que grande parte da crítica sugere acerca dos movimentos contemporâneos, sustentando que a estética festiva deriva da ausência de objetivos e compromissos políticos, a pesquisa de campo realizada indica que a questão não é a genérica aparência festiva que pode significar um número infinito de coisas; mas a estética e a ética

específicas, do modelo festivo específico, que caracterizam tais ajuntamentos coletivos na contemporaneidade.

Em grande parte deles, a representação imaginária (aquilo que é expresso como intenção simbólica) do afeto coletivo é responsável pelo que a crítica chama de “festa”; comprometimento com dinâmica tribal, que, ao menos durante o rito, produz organicidade. Não há permanência, são eventos fugazes. É justamente a efemeridade que obstaculiza a produção de uma homogeneidade totalitária que poderia tentacular e sintetizar as heterogeneidades.

Como Marco Polo (CALVINO, 2003), tanto da periferia para o centro, quanto do centro para a periferia (incluindo os trajetos descentralizados que transcendem a métrica espacial) é necessária certa sinuosidade, traquejo e capacidade de camuflagem no trânsito entre os espaços urbanos: certa intensificação do exercício de alteridade. A utilização contemporânea do espaço público como festa/manifestação possui uma heterogeneidade homogênea, mas instável, dependendo de permanente mediação societal: o uso relativamente harmônico do espaço (os objetivos simbólicos e concretos) produz homogeneidade, assim como os organizadores, os meios de divulgação (redes sociais), a estética construída e a música fortalecem o laço comunitário, mas a ausência de obstáculos concretos e a proeminência da lógica pós-moderna de identificação (diversa da lógica especular da identidade) favorecem a força da heterogeneidade, ainda que na forma da convivência de antagonismos. A tensão entre a manutenção da diferença individualista e a força comunitarista não cessa, como nos bailes de Hermano Vianna (VIANNA, 1988).

A ausência de vigilância, combinada com o livre acesso, produz sensação de instabilidade: nada está definitivamente combinado — nem o uso, nem a função, nem os grupos, nem o horário, nem o local das práticas (alimentação, sanitários, uso de psicoativos...), nem a identificação e nem o policiamento (sobretudo a presença negativa do policiamento, sob a forma da repressão). Em regra, as manifestações festivas contemporâneas configuram uma heterogeneidade homogênea instável: há diferença cultural e há risco, ao menos simbólico, de violência. A argumentação de que há risco de violência em qualquer local é excessivamente retórica, e não está em consonância com o universo simbólico que relaciona segurança com controle. É evidente que os participantes sentem-se seguros, já que estão ali, mas não existe nada além do aspecto sensorial que lhes prometa esta segurança.

Nos espaços públicos que estavam sendo ocupados o público é heterogêneo: a presença de moradores de rua, artesãos, curiosos, moradores das redondezas, pedintes e portadores de transtornos mentais relativiza a homogeneidade provocada pela modelação estética do espaço.

Como os espaços não possuem nenhum tipo de controle na entrada ou na saída, há presença constante de negociações durante toda a duração dos eventos. Os fantasmas urbanos estão todos ali e precisam ser desconstruídos por quem estiver disposto a permanecer no local. Não significa que as negociações sejam sempre harmônicas: a presença de desentendimentos não é constante, mas ocorre. A liberdade necessita da instabilidade para que possa se consolidar.

É necessário que exista um ambiente intraduzível, um espaço intersticial que não permita que a tradução se totalize. O entre-lugar reinscreve e inscreve, concomitantemente, o sujeito no espaço. É necessário que todo aquele que queira passar por ele e cruzar seu caminho dialogue, encontre um pedaço de existência no outro e o interogue. Não há placas estabelecendo *a priori* a forma ou a localização das práticas, tudo está em permanente negociação: o espaço para sentar, o compartilhamento ou a negação das trocas, o recolhimento do lixo e a produção sonora estão em aberto e, necessariamente, precisam de negociação.

As casas noturnas, por sua vez, possuem variação entre si e não podem ser analisadas tão genericamente, mas em regra há necessidade de identificação na entrada (identidade) e pagamento na saída; clientes desconhecidos ainda passam por revista ao ingressarem. As casas noturnas não são todas iguais, possuindo diferentes recepções à força estruturante da intervenção poética e ao redimensionamento efêmero da experiência existencial. O termo “casa noturna” é só uma classificação administrativa que vela a oceânica diferença entre as propostas de convivência nos espaços noturnos de exercício relativamente livre da cidadania. Algumas casas noturnas exercem função estabilizadora e propulsora de circuitos em Porto Alegre, função semelhante ao que o Massa Crítica possibilita, embora as práticas sejam, evidentemente, dicotômicas. Ambos exercem prática política no próprio meio de suas manifestações — o meio é a mensagem, condensa a política. Os ciclistas exercem a ocupação do espaço urbano no momento em que se manifestam (trânsito nas bicicletas), assim como as ocupações festivas de espaços públicos provocam o encontro com a diferença na própria forma da manifestação (ocupação).

Ocorre que nas casas noturnas é necessário identificar-se, existem seguranças, existem câmeras, as práticas são determinadas (não é possível levar suas próprias bebidas ou sentar-se no chão, por exemplo) e o horário é restrito (das 23h às 6h, em regra). A soma de todos estes fatores provoca uma característica de homogeneidade heterogênea estável: não há radicalidade nas diferenças, não há antagonismo de opostos e espera-se que qualquer confronto mais exaltado seja estabilizado pelos seguranças privados. É um local homogêneo que tolera e recebe a

heterogeneidade, mas com restrições derivadas do próprio mecanismo utilizado para exercer suas funções.

A ocupação em trânsito nas ruas, fazendo os automóveis obedecerem à velocidade das bicicletas, institui uma proposta que é o próprio ato no qual está expressa. No mesmo sentido, certa dissolução do individualismo que as músicas provocam em muitas ocupações e casas noturnas está conectada com o momento histórico que as bandas evocam, fazendo uma alusão à reinscrição temporal da letra e da melodia, e não à lembrança nostálgica de um momento já encerrado em seu período histórico. São formas diferentes de horizontalidade e prática política, mas possuem a característica comum de manter acesa uma ideia difusa de emancipação e firme um laço também difuso de socialidade. Porém, é justamente a abstração que garante a permanência e a potência transgressora das manifestações. Planos de ação e imperativos de produtividade são a forma mais fácil de desarticulação da característica rizomática das manifestações festivas.

Os grupos são distintos, mas o laço epidérmico não é conflitante com a harmonia em torno de pautas comuns como o valor e a forma do transporte público, a repressão cultural e o apoio a figuras da grande política que estão identificadas com o modelo micropolítico ambiente. Não creio que exista algum risco de cooptação política dos coletivos, sua forma de organização é absolutamente avessa ao verticalismo da política partidária tradicional.

Este não é um processo pacífico, isento de contradições e lutas. Apenas para exemplificar: um dos coletivos (Sete/Nove) responsáveis — em Porto Alegre — pela organização de inúmeros eventos abertos, identificados com a temática hedonista e o uso libertário dos espaços públicos, organizou um evento denominado “Selva”.

As fotos da divulgação incluíam desde o *blackface* (pintura do corpo branco com tintas pretas, tema de crítica dos movimentos negros desde a década de 60) até a utilização de mulheres estetizadas como “isca” (incluindo contas no Instagram denominadas “Isstagram”, nas quais mulheres eram fotografadas de forma objetificada em festas do próprio coletivo) para atrair o público. Ativistas vinculados ao feminismo e ao movimento negro tentaram diálogo e não obtiveram sucesso na tentativa de obstaculizar a divulgação da festa. No dia do evento, realizaram um escracho em frente à redenção (local marcado), que terminou com agressões e a intervenção da Brigada Militar. Não há nenhuma homogeneidade nestes processos, mas uma regular negociação ética, estética e territorial. Grupos como o Coletivo Negração tentaram barrar o evento

com músicas ("Felicidade hoje é fantasia/ O povo canta mesmo sem saber/ Que a favela virou poesia/ Na boca de quem nunca soube o que é sofrer") e cânticos:

O Sete/Nove não é amor/ o Sete/nove é opressor/ o teu racismo/ ele é velado/ não quero isso num espaço libertário/ o corpo é meu/ quero respeito/ chega de foto da minha bunda e do meu peito/ libertário, libertário tu não és/ libertário é outra coisa, tu só quer comer mulher/ sofro racismo todo dia/ ser negro não é fantasia/ em festa hype mulher é isca/ nessa esquerda só tem machista/ Ei, machista vai tomar polícia!/ Não vai tomar no cú/ porque no cú é uma delícia!

A Avenida João Pessoa, tradicional espaço de comícios políticos, nesta ocasião estava suportando uma cena horizontal de política espraiada em híbridas manifestações que por vezes parecem uma festa, por vezes parecem uma passeata e por vezes parecem um encontro de lazer, mas demarcam também uma atuação política que, talvez, não esteja em consonância com o modelo tradicional, mas não pode substituí-lo, não há esta pretensão e não possui oposição absoluta em relação a ela.

Em locais como o Bambu's, onde há grande porosidade entre o espaço interno e a rua, a instabilidade está presente, mas pode ser dirimida por outras características: há homogeneidade heterogênea relativa, ou seja, há variação de classe social, faixa etária, *ethos*, ausência de seguranças, câmeras de vigilância e obstáculos materiais entre a rua e o bar, mas o público é majoritariamente conhecedor da historicidade do espaço e da aproximação e/ou tolerância com estéticas contraculturais.

A familiaridade no tratamento dos donos do estabelecimento com o público e a reiteração de encontros sucessivos entre os frequentadores produz estabilidade no local: "haverá sempre alguém para ajudar". Esta homogeneidade, porém, é relativa. Os preços não determinam absolutamente o público (as bebidas não são muito baratas, mas é possível se alimentar ou beber com menos de dez reais), não há música ou estética diretamente relacionada com alguma tribo ou *ethos* urbano e fica em local intermediário entre o centro e o bairro.

Na sexta-feira, o local adquire instabilidade e torna-se mais próximo de uma heterogeneidade relativamente homogênea, instável, pois o laço estético contracultural é apenas relativamente próximo ao *ethos* do espaço e há uma avenida — tradicional *corte* urbano — entre o público punk e os frequentadores mais contumazes que ficam em frente ao bar. Neste caso, a totalidade comum ao ambiente torna-se excessivamente porosa e aumenta a instabilidade, aproximando-se das ocupações de espaços públicos abertos. Os donos do estabelecimento não poderiam controlar focos de instabilidade, e a hibridez dos frequentadores desloca os pontos de

apoio: como o banheiro fica ao fundo do bar, o público de ambos os lados da via está em constante trânsito, possibilitando enfrentamentos mais radicais (no sentido simbólico da violência).

Em outros espaços é a ênfase na territorialidade que é destacada — em diversas apresentações do Maracatu Truvão no espaço cultural Afro-sul/Odomodê, o referente da ancestralidade é salientado: “neste chão aqui”; “há tantos anos pisando nessa terra aqui, nesse quadrado aqui”. Nas escolas de samba de Porto Alegre as festas de domingo situam-se na mesma lógica coletiva: há grande porosidade e trânsito, mas o aspecto territorial é salientado incessantemente nos microfones, nos grafites das paredes, na estetização do espaço...

A valorização do onírico coletivo em manifestações cotidianas é fato presente, ressurgimento comunitário que produz interdições, mas não denega o prazer terreno. O esforço tanto dos sujeitos periféricos quanto dos coletivos das camadas médias procura regular a socialidade de forma não institucional e não verticalizada. Suas estratégias não são estanques, mas porosas: hibridizam-se, renascem novas. Os movimentos culturais admitem inúmeros campos de possibilidades: *Saliente-se que a intensa participação em rituais comunitários não elimina o nível de escolha, de opção de um indivíduo/sujeito lidando com um repertório finito, mas com um extenso elenco de combinações* (VELHO, 2013, p. 122).

A hipótese salienta o potencial da relação entre os estudos urbanos e a criminologia como campo de saber que investiga e, ao mesmo tempo, produz mediações culturais. O criminólogo pode ser agente que transita por campos socioculturais díspares, em contato direto tanto com agrupamentos coletivos como com artefatos culturais produzidos em variadas camadas sociais. Não se trata de propor outra criminologia, refutando as demais, mas apresentar novas composições aptas a produzir conhecimento, em vez de apenas acumular aqueles produzidos por outros campos de saber. Não uma substituição dos estudos propositivos preocupados com as políticas públicas, mas a produção de conhecimentos atentos às propostas que não veem apenas no Estado construções de socialidade aptas a responder ao modelo segregacionista presente nas metrópoles urbanas contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, Peter-Alexis. **Criminologia**: uma fundamentação para o Direito Penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 596.

ALIMENA, Carla Marrone. **Conflitualidades em trânsito**: discursos jurídicos e de gênero no G8-Generalizando (SAJU-UFRGS). 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito,

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32651/000788055.pdf?sequence=1>>. Acesso em 10 de maio de 2014.

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p.29.

BAUMAN, Zygmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p. 15.

_____. **Capitalismo parasitário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010, p. 31

_____. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p.96.

_____. **Mundo consumo: ética do indivíduo em la aldea global**. Barcelona: Paidós, 2010, p. 100.

_____. **Vida a crédito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p. 30.

_____. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p.20.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Inscrição e circulação: novas visibilidades e configurações do espaço público em São Paulo. In: **Novos estudos** - CEBRAP, São Paulo, n. 94, Nov. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 jun 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002012000300002>.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

CANETTI, Elias. **Masa y poder**. Barcelona: Munchnik, 1981, p. 7.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu**. Lisboa: Edições 70, [s.d.].

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

LINCK, José Antônio Gerzson. **A criminologia nos entre-lugares: diálogos entre inclusão violenta, exclusão e subversão contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

LIPOVETSKY, Gilles. **A sociedade da decepção**. Barueri, Manole, 2007, p. 55.

_____. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.88.

_____. **O império do efêmero: a moda e seus destinos nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 281.

MAFFESOLI, Michel. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995, p.145.

_____. **A sombra de Dionísio: contribuição a uma sociologia da orgia**. São Paulo: Zouk, 2005, p. 95.

_____. **A violência totalitária**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

_____. **No fundo das aparências**. Petrópolis, Vozes, 1996, p. 12.

_____. **O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____. **O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas**. São Paulo: Zouk, 2003, p.188.

____ **O mistério da conjunção:** ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade. Porto Alegre: Sulina, 2005, p.84.

____ **O ritmo da vida:** variações sobre o imaginário pós-moderno. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 101.

____ **O tempo das tribos:** o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998, p. 169.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Conclusão – Fechando o Circuito. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor et al (orgs.). **Jovens na metrópole:** etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo: Terceiro Nome, 2007, p. 251.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; TORRES, Lilian de Lucca. **Na metrópole:** textos de antropologia urbana. São Paulo: Fapesp, 2008, p.44.

MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes:** passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

PENNA, João Camilo. **Escritos da sobrevivência.** Rio de Janeiro: 7letras, 2013.

SILVA, Juremir Machado da. **A miséria do cotidiano:** energias utópicas em um espaço moderno e pós-moderno. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1991.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros:** nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2012.

SOZZO, Maximo. Postneoliberalismo y política penal em Argentina. **Seminario Internacional Izquierda y Políticas Públicas de Seguridad Ciudadana.** UNES: Caracas, 2012.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura:** notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 60.

____ **Um antropólogo na cidade:** ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 122.

Trabalho enviado em 30 de junho de 2016.

Aceito em 20 de setembro de 2016.